

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 769 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1998

## COMISSÕES

### CAE pode mudar regra de créditos estaduais

A reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai examinar e votar oito matérias, entre elas possíveis alterações na resolução aprovada pelo Senado este ano, fixando critérios mais rigorosos para que estados, municípios e o DF possam contrair empréstimos. Uma das propostas em discussão flexibiliza as regras no caso de operações de crédito envolvendo organismos internacionais. A outra permite essas operações junto à União, entre 1998 e 2000, como forma de compensar eventuais perdas de receita causadas pela lei que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. A Comissão de Justiça, que se reúne amanhã, às 10h, analisa proposta que regulamenta a atuação das empresas de *factoring*.

PÁGINA 2



Na reunião da CAE, hoje, serão discutidas propostas de alteração da Resolução nº 78, aprovada este ano pelo Senado

### Jucá destaca inauguração da rodovia BR-174

Ao registrar a inauguração da rodovia BR-174, que liga o Brasil à Venezuela, o senador Romero Jucá afirmou que sua construção se deveu à vontade política do presidente Fernando Henrique Cardoso. A estrada atenderá os países do Pacto Andino, lembrou o senador. Parte das pontes que integram a rodovia ainda depende de recursos para a sua conclusão.

PÁGINA 6

## ORÇAMENTO

### Relatores setoriais ajudam no parecer final

A Comissão Mista de Orçamento já definiu os sete relatores setoriais adjuntos que vão ajudar na elaboração do parecer final à proposta de lei orçamentária de 1999. São seis deputados federais e o senador Carlos Patrocínio. Hoje, às 14h30, a comissão reúne-se para apreciar treze projetos do Executivo, solicitando suplementações em favor de ministérios e empresas estatais.

PÁGINA 4



O Congresso retoma amanhã a votação das medidas do ajuste fiscal, devendo apreciar quatro propostas

## Congresso vota amanhã previdência de servidor

Medida provisória que cria adicional para quem ganha mais de R\$ 1.200,00 é uma das quatro propostas na pauta

Mais quatro medidas provisórias ligadas ao ajuste fiscal proposto pelo governo devem ser votadas pelo Congresso na sessão marcada para amanhã, a partir das 14h30. Uma delas estabelece um adicional de 9 pontos percentuais sobre a contribuição previdenciária paga pelos servido-

res públicos que ganham mais de R\$ 1.200,00. Está na pauta também a medida que uniformiza as contribuições das empresas privadas e estatais para o PIS/Pasep. As outras MPs tratam do benefício de prestação continuada, pago no âmbito da Previdência, e do trabalho portuário.

PÁGINA 3

### Senado debate novo modelo para saúde

A proposta de emenda constitucional que institui novo modelo de custeio da saúde pública no Brasil tem hoje seu segundo dia de discussão em primeiro turno, no plenário do Senado. A proposta determina que a União aplique pelo menos 30% dos recursos de seu orçamento de seguri-

dade social na manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estados contribuirão com 12% e os municípios com 10% das respectivas receitas, incluindo as transferências que recebem. A alteração constitucional foi proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares.

PÁGINA 3



José Eduardo Dutra

### Oposição insiste em CPI para venda da Telebrás

O senador José Eduardo Dutra informou ontem que os partidos de oposição mantêm posição favorável a uma CPI para investigar a privatização da Telebrás, apesar do afastamento do ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros e de outras autorida-

des do governo. Idêntica posição foi defendida pelos senadores Ademir Andrade e Eduardo Suplicy. Este disse que o ex-ministro "não falou a verdade" em parte do depoimento ao Senado.

PÁGINA 5



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 18h - Abertura do X Congresso Interamericano do Ministério Público - *Auditório Petrônio Portella*

## Plenário

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; \*Projeto de Resolução nº 102/98, que autoriza o Ceará a incluir a operação firmada entre o Ceará e a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 24 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; \*Projeto de Resolução nº 103/98, que autoriza o Pará a contratar operação de crédito entre a União, o estado do Pará e o Banco do Estado do Pará S.A., com a intervenção do Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, de R\$ 97,5 milhões; e \*PLC nº 43/98, que dispõe sobre a autonomia de gestão das organizações militares prestadoras de serviço da Marinha

## Comissões

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 208/97, que institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais para maiores de sessenta anos; \*PLC nº 76/95, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698/71, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social; PLC nº 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; e \*PRS nº 97/98, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424/96. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 19*
- ▶ 10h30 - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC nº 12/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; \*PLC nº 67/95, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura; \*PLS nº 94/96, que regulamenta, em consonância com o disposto no parágrafo 3º, 1º, da Constituição, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; \*PLS nº 73/96, que institui o serviço comunitário de telecomunicações; e \*PLS nº 110/95, que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 15*
- ▶ 14h - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos PLNs nºs 30, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 43, 44, 45, 46, 48 e 49/98-CN. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

## Previsão da semana

## Plenário

- Amanhã (25)
- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Em destaque, terceiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS
- ▶ 14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: \*MP nº 1.599, que dispõe sobre a organização de assistência social; \*MP nº 1.720, que dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social aos servidores públicos; \*MP nº 1.676, que dispõe sobre a contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep); e \*MP nº 1.728, que dispõe sobre normas e condições gerais de proteção do trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos

## Comissões

- Amanhã (25)
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; e \*PLS nº 80/97, que dispõe sobre a criação e o desmembramento de estados e territórios e a reintegração de territórios ao estado de origem. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- ▶ 10h - Comissão de Saúde  
Pauta: Audiência pública com a presença do ministro da Saúde, José Serra, para discutir a redução dos recursos destinados à área de saúde. *Ala Senador Nilo Coelho, sala 2*
- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Audiência pública sobre Medicina Ortomolecular. *Ala Senador Alexandre Costa, sala 9*

# CAE discute mudanças nos empréstimos aos estados

Serão examinadas propostas que permitem a governadores e prefeitos contratar operações de crédito em casos excepcionais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que é presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), reúne-se hoje para examinar e votar oito matérias. Entre elas, dois projetos que alteram a Resolução nº 78, aprovada pelo Senado neste ano, que fixa regras mais rígidas para tomada de empréstimos, operações de crédito e de antecipação de receita orçamentária para estados, municípios e Distrito Federal.

Relator dos dois projetos, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu, na última reunião da comissão, semana passada, mais tempo para analisar o assunto. A primeira proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), flexibiliza as regras da Resolução nº 78, permitindo que estados, municípios e Distrito Federal realizem operações de crédito junto às instituições financeiras e organismos multilaterais ligados a governos de outros países.

O outro projeto de resolução, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), permite que estados e Distrito Federal contratem operações de crédito junto à União, nos exercícios de 1998, 1999 e 2000, para compensar perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424, de 1996, que trata do Fundo de Manutenção e Desen-

volvimento do Ensino Fundamental. Segundo Suassuna, a União prometeu aos estados e ao DF a reposição de parte dos recursos gastos com esse programa, mas não o fez, o que prejudicou ainda mais as finanças estaduais.

Últimos itens da pauta da CAE, os dois projetos causaram polêmica pelo fato de mudarem a Resolução nº 78. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que vai trabalhar contra qualquer modificação nessa legislação, a fim de que não haja casos excepcionais de operações de crédito para alguns estados.

O primeiro item da pauta é um projeto terminativo, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que modifica a legislação sobre política agrícola, assegurando crédito rural especial e diferenciado para assentados em áreas de reforma agrária e agricultores familiares. Simon explica que o projeto tem como objetivo estabelecer políticas de proteção à agricultura.

O senador disse que preferiu co-



Os senadores também analisarão projeto que dá a maiores de 60 anos desconto de 40% em passagens

locar somente os princípios gerais no projeto, deixando o detalhamento quantitativo para ser regulamentado pelo Executivo. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Ney Suassuna.

O outro projeto de caráter terminativo que consta da pauta, também de Simon, institui desconto de 40% no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais para pessoas com mais de 60 anos. O projeto tem parecer contrário do relator, senador José Saad (PMDB-GO).

Os senadores examinarão ainda pedido do governo de Santa Catarina para operação de crédito de R\$ 311,9 milhões, destinada ao saneamento das instituições financeiras do estado.

## Comissão de Constituição e Justiça vota projeto que regulamenta *factoring*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h, para apreciar, entre outras matérias, proposta de emenda à Constituição que regulamenta a atuação de empresas de *factoring* e projeto que trata da implantação do sistema eleitoral distrital misto.

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a comissão deverá examinar na mesma reunião

proposta de emenda à Constituição que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na área de assistência à saúde no Brasil. Consta ainda da pauta projeto de lei da Câmara que estabelece as punições para infrações em serviços notariais e de registro.

Entre os projetos de caráter terminativo (cuja decisão final é da própria comissão) incluídos na pauta, estão o que dispõe sobre a

apresentação e divulgação do relatório resumido da execução orçamentária do Poder Executivo; o que inclui pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas no rol das beneficiárias da impenhorabilidade; o que proíbe a expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; e o que trata da indenização por dano moral devido ao extravio ou perda definitiva de bagagem.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella

Joel de Holanda - Mariuce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Congresso vota aumento de contribuição de servidor

Medida provisória que cria um adicional de 9 pontos percentuais para os funcionários públicos que ganham mais de R\$ 1.200,00 é uma das quatro propostas que serão examinadas amanhã pelos parlamentares

O Congresso votará amanhã, em sessão convocada para as 14h30, mais quatro medidas provisórias ligadas ao ajuste fiscal proposto pelo governo. Entre as MPs, está a de número 1.720, que cria um adicional de 9 pontos percentuais sobre a contribuição previdenciária paga pelos servidores públicos

que ganham mais de R\$ 1.200,00 por mês. A contribuição permanente dos servidores é de 11% sobre todo o salário.

De acordo com a medida provisória, o adicional de contribuição será cobrado a partir do dia 1º de fevereiro do ano que vem e irá vigorar por um período de cinco anos. Um dos artigos da

MP determina que as contribuições previdenciárias dos funcionários federais terão um registro contábil individualizado.

## GASTOS

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, o presidente da República anexou exposição de motivos do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Or-

nelas, em que ele afirma que os gastos com aposentados e pensionistas cresceram muito nos últimos sete anos. "Essa tendência poderá inviabilizar o serviço público se não forem adotadas medidas urgentes e eficazes", pondera Waldeck Ornelas.

O ministro informa que, em 1990, os gastos com aposenta-

dos e pensionistas consumiam 25% das verbas usadas no pagamento de ativos e inativos e, em 1997, o percentual pulou para 42,7%. Em valores, os gastos com ativos ficaram em R\$ 26,16 bilhões no ano passado, enquanto os pagamentos de aposentados e pensionistas somaram R\$ 19,5 bilhões.



Segundo Tuma, publicidade do governo deverá ter caráter educativo e de orientação social

## Publicidade do governo poderá ter novas regras

Projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos está incluído na pauta de dez itens que deve ser apreciada hoje pela Comissão de Educação (CE). A reunião está marcada para as 10h30, na sala 17 da Ala Senador Alexandre Costa.

De acordo com o projeto, a publicidade dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Também determina que a propaganda de obras e serviços de engenharia só poderá ser veiculada após conclusão de parcela integral ou da totalidade da obra.

A Comissão de Educação, que é presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), deverá apreciar também substitutivo do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) a projeto de iniciativa da Câmara que regulamenta o exercício profissional da acupuntura.

## Adicional renderá R\$ 3,1 bi no próximo ano

A cobrança do adicional de 9 pontos percentuais sobre os salários dos servidores ativos ajudará a produzir, a curto prazo, um equilíbrio nas contas previdenciárias da União, permitindo que, a longo prazo, seja implantado um sistema equilibrado e viável atuarialmente, conforme o ministro da Previdência. Ele destaca que, com o adicional, a União limitará o gasto dos inativos a 12% de sua receita corrente líquida, o mesmo percentual exigido de estados e municípios em outra MP, a qual foi aprovada na semana passada pelo Congresso.

Ainda de acordo com a justificativa do governo federal, o adicional renderá no ano que vem R\$ 3,1 bilhões, enquanto a contribuição permanente (11%) somará R\$ 1,7 bilhão. No ano passado, os servidores públicos federais recolheram aproximadamente R\$ 2,7 bilhões para o seu regime de previdência.



O Congresso Nacional retoma amanhã, a partir das 14h30, a votação das MPs. Uma delas trata das normas e condições de exercício do trabalho portuário

Outra medida provisória que o Congresso deverá votar amanhã, a de número 1.599, reduz de 70 para 67 anos a idade em que as pessoas idosas, sem condições de manter seu próprio sustento, podem se candidatar ao Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo. Além dos idosos, o benefício é pago também a

pessoa portadora de deficiência que não tenha condição de sustento próprio.

Uma terceira MP a ser votada, a 1.676, uniformiza as contribuições das empresas privadas e estatais e órgãos de governo para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep). O dinheiro

do PIS-Pasep é usado para pagar um salário mínimo anual a quem ganha até dois salários mínimos por mês e ainda financia o programa do seguro-desemprego. Pessoas desempregadas que trabalharam em empresas que recolhem PIS também têm direito ao abono. A MP muda também a base de arrecadação das contribuições.

A quarta medida provisória que deve ser votada pelo Congresso dispõe sobre as normas e condições de proteção ao trabalho portuário. Trata-se da MP 1.728, e um dos seus objetivos é acabar com a "má interpretação" de um artigo da Lei dos Portos que se refere à atribuição de escalar trabalhadores avulsos nos portos. De acordo com exposição de motivos que acompanha a medida provisória, cabe exclusivamente aos órgãos gestores de mão-de-obra nos portos, e não aos sindicatos, a indicação dos trabalhadores avulsos.

## Plenário discute novo modelo de custeio da saúde

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante recursos para a saúde tem hoje seu segundo dia de discussão em primeiro turno no plenário do Senado. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC recebeu substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta determina que a União aplique pelo menos 30% dos recursos de seu orçamento de seguridade social no custeio do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estados contribuirão com 12% de suas receitas e os municípios com 10%, incluídas as transferências constitucionais da União. Além disso, a PEC permite a intervenção da União nos estados, caso estes não apliquem o mínimo exigido na im-



Valadares é autor da proposta que fixa novas fontes de financiamento para a saúde

plementação, funcionamento e gestão do SUS.

O plenário analisa, também hoje, dois projetos de resolução tratando de créditos para os estados. O primeiro autoriza o estado do Ceará a incluir no acordo de refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, contrato com

a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 24 milhões.

## OPERAÇÃO

O outro projeto autoriza o estado do Pará a contratar operação de crédito no valor total de R\$ 97,5 milhões. O contrato, celebrado entre a União, o estado e o Banco do Estado do Pará (Banpará), é fir-

mado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Os senadores votam, ainda hoje, projeto de lei da Câmara dos Deputados que trata da autonomia da gestão das Organizações Militares Prestadoras de Serviço (OMPS) da Marinha. Pelo projeto, as OMPS ficariam sujeitas a cumprir objetivos, metas e indicadores de desempenho estabelecidos nos planos e programas da Marinha. A gestão dessas organizações será controlada por meio de tomada de contas, exames rotineiros dos comandos superiores e avaliação de órgão de controle externo.

Amanhã, o plenário vota renovação de concessões de emissoras de rádio em São Paulo, Paraná e Distrito Federal.

# Orçamento de 99 terá sete relatores adjuntos

Acordo entre lideranças partidárias define nomes de seis deputados e um senador, Carlos Patrocínio, para ajudarem na análise das emendas e na elaboração do parecer final da lei orçamentária de 1999

Sete parlamentares foram designados como relatores setoriais adjuntos da Comissão Mista de Orçamento. A indicação, efetuada pelo presidente, deputado Lael Varella (PFL-MG), e o relator-geral do Orçamento para 1999, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), foi resultado de um acordo entre as lideranças partidárias. Eles deverão compor, juntamente com o relator-geral, o colegiado que apresentará o parecer final sobre o projeto de lei orçamentária.

Cada um dos parlamentares

será responsável por uma área temática:

1. Poderes do Estado, Representação e Defesa – deputado João Fassarella (PT-MG);

2. Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio – deputado Reinaldo Moreira (PPB-MG);

3. Infra-Estrutura – deputado João Henrique (Bloco PMDB/Prona-PI);

4. Educação e Desporto, Cultura, Ciência e Tecnologia – deputado Alexandre Santos (PSDB-RJ);

5. Saúde, Trabalho e Previdência –

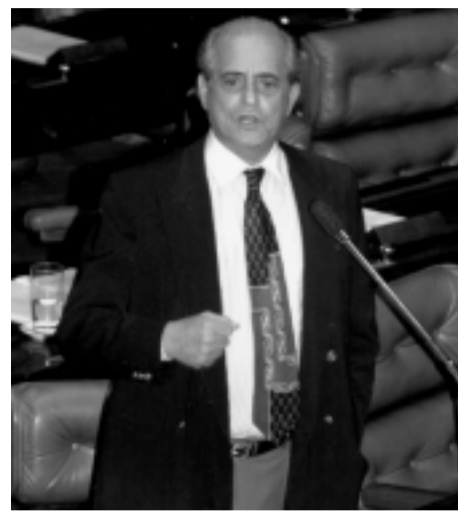
deputado Rommel Feijó (PSDB-CE);

6. Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal – deputado José Lourenço (PFL-BA);

7. Planejamento, Urbanismo e Integração Regional – senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

## CRÉDITOS

Hoje, às 14h30, a Comissão de Orçamento reúne-se para apreciar 13 projetos em que o Executivo solicita ao Congresso autorização para suplementar os orçamentos fiscal e da seguridade social com recursos em favor de ministérios e empresas estatais.



Tebet terá o auxílio de sete relatores adjuntos setoriais na análise de emendas e redação do texto para votação



Nabor Júnior criticou redução das verbas para a pavimentação de diversas rodovias

## Nabor anuncia união de acreanos contra os cortes

Senadores e deputados do Acre apresentarão proposta conjunta de emendas ao Orçamento da União como forma de garantir recursos para o estado. A informação foi dada ontem pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que criticou o corte, previsto na nova proposta orçamentária do governo, atingindo a complementação de rodovias acreanas.

De acordo com Nabor, isto inviabilizaria o término de 730 km da BR-364, ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e 320 km da BR-317, entre Rio Branco e Assis Brasil, próximo à fronteira com a Bolívia e o Peru, rodovias cuja pavimentação, segundo o senador, facilitaria a ligação comercial do Brasil com países da Ásia e da Europa, através do oceano Pacífico.

Nabor Júnior lamentou o abandono de obras públicas em todo o país, lembrando as conclusões da comissão que traçou, em 1995, um panorama das obras inacabadas. O relatório revelou a existência de 2.200 obras paralisadas no país e propôs a proibição de novas contratações, sem que fossem assegurados recursos para o término das obras já existentes.

O documento sugeriu a reestruturação dos sistemas de planejamento, orçamento e controle interno do Poder Executivo e a proibição

da inclusão de emendas individuais ao Orçamento. A idéia era que apenas emendas coletivas de bancadas estaduais, regionais ou de comissões fossem aceitas.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) se disse favorável à instalação de uma nova comissão com o objetivo de fazer o mapeamento das obras inacabadas. Ele considerou o problema extremamente grave, “no momento em que o Congresso se debruça sobre a análise do Orçamento e se sabe de investimentos que poderiam ser adiados em virtude das dificuldades econômicas do país”.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também mostrou-se favorável a um novo levantamento. Ele elogiou a iniciativa da bancada acreana no Congresso, que “reuniu pessoas de partidos políticos distintos para apresentar uma proposta comum positiva para o estado”.

Nabor aproveitou para defender, a exemplo do que fizera na última sexta-feira o senador Roberto Freire (PPS-PE), maiores dotações orçamentárias para o setor produtivo da economia. “A atividade econômica tem padecido da falta de recursos, não só para aumentar a produção agropecuária e industrial, como também para elevar os níveis de emprego”, analisou o senador.

## Patrocínio quer prioridade para conclusão das obras inacabadas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) quer que o Orçamento para o ano que vem dê prioridade à conclusão de obras inacabadas. Em discurso proferido ontem, o parlamentar foi aparteado três vezes e defendeu também cortes menores nos recursos para as áreas sociais, em especial para o setor da saúde.

Ele lembrou as 2.200 obras inacabadas visitadas pela comissão específica do Senado sobre o assunto e defendeu a conclusão das que se encontram em estágio mais adiantado. Para ele, não é hora de se iniciar obras novas.

O parlamentar salientou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que a obra cuja execução já tenha ultrapassado 20% do total não deve ser interrompida.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA), que foi vice-presidente da Comissão de Acompanhamento de Obras Inacabadas, lamentou a efêmera duração do compromisso do presidente da República de não começar novas obras sem a conclusão das já iniciadas.

Em outro aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral do Orçamento para 1999, sugeriu que essa comissão fosse permanente e lembrou que cabe ao Congresso fiscalizar a execução orçamentária.

Patrocínio concordou com Tebet e lembrou que já há, no Legislativo, três órgãos para isto: uma comissão de fiscalização na Câmara; a Comissão de Fiscalização e Controle no Senado; e a Comissão Mista

de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– Está na hora de essas comissões do Congresso Nacional exercerem com plenitude sua atribuição constitucional – afirmou o senador, para quem “nunca o Congresso foi tão instado a dar sua participação em defesa do povo”.

Patrocínio, que é segundo-secretário da Mesa do Senado Federal, ressaltou que a segunda proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso – com a redução geral de valores impingida pela crise econômica mundial – diminuiu as verbas da saúde em 3,2% em relação à proposta anterior, divulgada antes da crise.

A proposta para 1999 é, inclusive, menor que a do Orçamento para este ano, afirmou o senador, médico por formação.

O parlamentar recordou outro dispositivo da LDO que impede que o governo destine à área da saúde recursos inferiores aos aplicados no ano anterior. Metafórico, Patrocínio colocou a saúde brasileira na UTI e disse não saber ser melhor insistir ou desligar os aparelhos que a mantêm viva.

Em outro aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a necessidade de se estudar a fundo o Orçamento, reexaminando até mesmo a proposta do Legislativo, “para cortar na própria carne se necessário”.

Patrocínio concordou com o colega e concluiu reclamando mais recursos para a saúde, com uma maior participação do Congresso para que não faltem recursos em áreas essenciais.



Carlos Patrocínio citou legislação que proíbe redução dos gastos com saúde de um ano para o outro

## Suplicy lembra a Mendonça que informação falsa é crime de responsabilidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem que a Mesa do Senado questione o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros se ele deseja retificar as informações dadas no plenário da Casa sobre o que seria a "bomba atômica" que poderia ser acionada durante a formação dos consórcios que disputaram as empresas do sistema Telebrás. "Evidentemente, ele não falou a verdade", afirmou o parlamentar paulista, lembrando que, pela Constituição, incorre em crime de responsabilidade prestar informação falsa.

Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) informou que o assunto não se enquadra no que determina o artigo 50 e parágrafos 1º e 2º da Constituição. Ele apoiou "irrestrita e enfaticamente" o entendimento de Eduardo Suplicy de que é inaceitável que algum cidadão preste informações não verdadeiras ao Senado. Mas sustentou que a conclusão de que Mendonça de Barros não foi veraz é uma constatação pessoal de Suplicy, a qual ele não comentaria. Melo prometeu dar o encaminhamento necessário a requerimento que o senador vai apresentar sobre o assunto.

Suplicy explicou que, quando inquiriu Mendonça de Barros, na semana passada, estava demandando informações, exatamente como prevê o artigo 50 da Constituição. Daí por que seria inconcebível que o então ministro faltasse com a verdade. Segundo o senador, no entanto, apesar de Mendonça de Barros ter dito em

plenário que a expressão "bomba atômica" referia-se à informação privilegiada de que o consórcio Telemar não estava conseguindo recursos para o lance mínimo no leilão da Telebrás, ele teria dado essa informação exatamente diante de Pécio Arida, o sócio do Opportunity, um disputante eticamente impedido de ouvi-la.

Suplicy leu trecho do jornal *O Globo*, segundo o qual, Pécio Arida estava na sala quando Mendonça de Barros deu essa informação ao presidente da Previ, Jair Bilachi. Daí por que concluiu: "Portanto, se Pécio Arida até então não sabia, ficou sabendo". O parlamentar também informou que, para a *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro disse que "bomba atômica" significava uma intervenção mais forte no fundo Previ.

Mal terminou de fazer esse relato, o senador perguntou à Mesa: "Qual o procedimento que o Senado vai tomar diante da evidência de que o ministro não falou a verdade? Isso é crime de responsabilidade". Suplicy acha que, mesmo afastado do governo, Mendonça de Barros deve ter a oportunidade de esclarecer os fatos. O senador reconheceu que qualquer ser humano pode se equivocar ao prestar informações, devendo ser-lhe concedido o direito de esclarecê-las. Também afirmou que, da decisão presidencial de afastar os auxiliares envolvidos com a privatização da Telebrás, extrai-se que houve "reconhecimento de impropriedade de procedimento".



Na opinião de Suplicy, afastamento de Mendonça de Barros mostra que governo admite "impropriedade de procedimento"

## Para Dutra, demissões não anulam necessidade de CPI

Senador diz que Congresso precisa cumprir a sua função constitucional investigando como o governo agiu na privatização do sistema Telebrás

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ratificou ontem a posição dos partidos oponentes de que os fatos ocorridos no processo de privatização da Telebrás exigem uma comissão parlamentar de inquérito (CPI).

As demissões do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, do secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, José Roberto Mendonça de Barros, do presidente do BNDES, André Lara Resende, e do vice-presidente do BNDES, Pio Borges, "não encerram o caso", disse. O que está em questão não é a pessoa física do ministro, "mas a postura de um agente público na condução de um processo de privatização tão importante como foi o da Telebrás", argumentou.

Na opinião do senador, só com o depoimento do ministro Mendonça de Barros, os fatos revelados pela escuta telefônica adquiriram domínio público, alcançando o noticiário das televisões. As gravações, acrescentou, mostram que "o tom de voz do ministro, quase de deboche, reforça a preocupação de es-



Dutra afirma que a saída do ministro das Comunicações "não encerra o caso"

clarecimento, até as últimas consequências, não só do processo de privatização, como do próprio grampo".

Quanto ao argumento de que uma CPI paralisará os trabalhos legislativos, Dutra salientou que uma das funções constitucionais do Congresso é exatamente fiscalizar as ações do governo. O depoimento do ministro das Comunicações no plenário do Senado deixou muitas perguntas sem resposta e, como a intenção do governo é continuar as privatizações, uma investigação profunda sobre o assunto é condição de tranquilida-

de para o país, ressaltou.

Dutra disse que o governo certamente tentará dar o caso por encerrado e procurará evitar que os parlamentares da base governista assinem o requerimento pela instalação da CPI. "Vamos continuar recolhendo as assinaturas para a CPI", avisou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou que as demissões tornam "a CPI ainda mais premente", pois elas representam um reconhecimento de que houve falhas graves no processo de privatização. O senador destacou o editorial do jornal *O Globo*, que interpreta a ação do ministro como "um comportamento que claramente feriu o princípio de isonomia que deveria pautar o responsável pela condução do leilão".

Para Suplicy, a necessidade de uma CPI é explicada pelos fatos que já vieram à tona. Eles mostram, afirmou, como o governo usa o BNDES para emprestar recursos e comprar ações e como orienta o Banco do Brasil nas decisões a serem tomadas pelos fundos de pensão.

## Ademir quer passar privatização a limpo

"Os desdobramentos do noticiário da imprensa sobre a escuta telefônica e os leilões das teles demonstram a necessidade crescente da instalação da CPI sobre Privatização", disse ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), fazendo um apelo aos senadores para assinarem o requerimento. A criação da comissão requer o apoio mínimo de 27 senadores, mas somente 16 assinaram o requerimento até agora.

Para Ademir, as revelações sobre a campanha publicitária em favor da privatização da Telebrás, cujo "rombo" foi pago com doações de empresas brasileiras interessadas nos leilões, "estimuladas" pelo ministro Mendonça de Barros, são uma agravante. "A reunião foi na casa do ministro e só empresas brasileiras atenderam ao pedido de 'doação', porque as norte-americanas temeram que o ato pudesse ser interpretado como 'troca de favores' com o governo brasileiro", destacou.

Para o senador, se fatos do gênero ocorressem na Europa ou nos

Estados Unidos, resultariam à detenção dos envolvidos. "Está clara a interferência do governo, bem como a 'mistura' entre finanças públicas e privadas, que leva uma corretora de filhos do ministro Mendonça de Barros, a Link, a ter enorme sucesso na bolsa negociando ações da Telebrás. É evidente que tiveram informações privilegiadas", enfatizou.

Segundo Ademir, também não é possível aceitar esse "vaivém" de executivos entre presidências e diretorias do Banco Central e do BNDES e altos cargos em bancos e corretoras privadas. "É claro que ganharão fortunas", disse, manifestando alívio diante da decisão da Câmara dos Deputados de votar, ainda esta semana, "a chamada 'lei de quarentena', existente em quase todos os países do Primeiro Mundo. Nessas nações, um dirigente de órgão do sistema financeiro público não pode deixar o cargo que ocupa e, no dia seguinte, tornar-se funcionário de um banco privado, detendo informações privilegiadas que podem favorecer a



Ademir diz que, em outros países, os fatos revelados levariam envolvidos à prisão

instituição que vai integrar", observou o senador.

Ademir Andrade também se manifestou a respeito da possível anulação do leilão da Tele Norte-Leste, a pedido da Procuradoria Geral da República. "Diante das terríveis revelações, deveriam cancelar também o da Tele Centro-Sul, que o grupo Telecom Itália/Opportunity ganhou, para surpresa de muitos. Ou melhor ainda: anular todos os leilões até que fiquem esclarecidas as denúncias de 'enormes prejuízos' para o Tesouro", acrescentou.

# Romero Jucá destaca inauguração de rodovia que liga o Brasil à Venezuela

Senador diz que estrada, mesmo ainda incompleta, serve aos países do Pacto Andino e só saiu do papel pela vontade política do presidente Fernando Henrique Cardoso

Explicando que a rodovia atende aos países do Pacto Andino, o senador Romero Jucá (PFL-RR) registrou ontem a inauguração, pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Rafael Caldeira, da BR-174, que liga o Brasil à Venezuela. O parlamentar afirmou que, incluída no programa Brasil em Ação, essa obra saiu do papel graças à vontade política do presidente brasileiro.

Jucá disse que nem todas as pontes que integram a rodovia es-



Jucá agradece ao presidente da República em nome do povo de Roraima

tão concluídas e reconheceu também que uma parte da obra foi mal executada pelo governo do seu

estado, questão, segundo ele, já levada ao conhecimento do ministro dos Transportes. Informou,

porém, que estão reservados no Orçamento da União para 1999 recursos destinados à conclusão da obra, e pediu aos senadores responsáveis pela análise da lei orçamentária que não permitam cortes nesses recursos.

– Em nome do povo de Roraima, quero agradecer ao presidente Fernando Henrique Cardoso pela inauguração da BR-174. É uma obra que atende toda a Amazônia Ocidental – disse o senador Romero Jucá.



Eduardo Suplicy

## Suplicy contesta informação do governo ao Fundo Monetário

Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente Fernando Henrique Cardoso não fala a verdade na carta de intenções encaminhada ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Em comunicação feita ontem em plenário, o parlamentar destacou o item 22 do documento encaminhado há dez dias à organização internacional, segundo o qual o governo minimizará, no ano que vem, os cortes orçamentários de programas que beneficiem os pobres.

O senador afirmou que “é preciso que o governo diga a verdade, inclusive para o FMI”. Citou reportagens publicadas nos jornais *Gazeta Mercantil*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* que apontam para uma redução de 83,1% nos recursos do programa de renda mínima previstos na nova proposta orçamentária para 1999.

De acordo com Suplicy, a proposta encaminhada ao Congresso Nacional anteriormente à crise internacional previa que 1,4 milhão de pessoas seriam beneficiadas pelo programa. Na nova proposta, o total de beneficiados chega apenas a 237 mil. Da mesma forma, minguarão os recursos destinados ao programa: dos R\$ 320 milhões anteriormente alocados, restam agora apenas R\$ 54 milhões. Os municípios atendidos passam de 1.254 para 211 em todo o país.

Suplicy citou também os números do Orçamento deste ano para o setor, ressaltando servirem eles apenas para efeito de comparação, já que nada foi realizado. Estava previsto o atendimento de 6,8 milhões de pessoas em 711,7 mil famílias distribuídas por 627 municípios, a um custo total de R\$ 163,8 milhões.

Para o senador, configura-se aí uma situação de não atendimento às famílias carentes.

## Gilvam propõe reeducar pais de menores de rua

Preocupado com o crescimento demográfico sem controle e suas seqüelas, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apresentou ontem projeto de lei que prevê sanções aos pais ou responsáveis pelos menores de 18 anos encontrados em

tros especializados ficará a cargo dos municípios com mais de 100 mil habitantes.

Gilvam disse que é preciso atentar para o crescente fenômeno das crianças que perambulam pelas ruas das grandes cidades. “Vítimas inocentes da exclusão social, em pouco tempo de vida selvagem nas ruas, alternado com passagens intermitentes por internações em instituições nada modelares, como Fe-bem e outras, meninos e meninas aprendem tudo sobre violência, drogas e prostituição”, afirmou.

O senador revelou que, segundo pesquisa de 1997 do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento dos Delinqüentes, a grande maioria das crianças – 70% delas – têm família, embora desestruturada, quase sempre a partir de um pai ausente. Gilvam também condenou setores que sugerem a redução da maioridade ou imputabilidade penal de 18 para 16 anos.

Outras iniciativas mais gerais e abrangentes, a serem adotadas pelo governo, foram apontadas pelo senador como necessárias ao combate às causas estruturais da miséria. Medidas como a reforma agrária, uma política nacional de pleno emprego e salários condignos e uma ação educacional ativa quanto ao planejamento familiar deveriam, segundo o senador, ser implantadas rapidamente.



Gilvam chama atenção para o crescente fenômeno das crianças que perambulam pelas ruas

abandono nas ruas, e que permitam ou incentivem essa situação. As penas previstas no projeto são a internação de quatro meses em centros especializados em reeducação de casais e seis meses a um ano de prestação de serviços à comunidade.

Segundo o senador, durante a internação os pais infratores deverão ser submetidos a cursos intensivos sobre paternidade responsável e planejamento familiar, elaborados pelos ministérios da Saúde e da Educação. Os pais reincidentes ficarão sujeitos às penas do artigo 244 do Código Penal, referentes ao crime de abandono material, além da perda da guarda dos filhos e do pátrio poder. A construção dos cen-

## Maldaner apóia posição de Josaphat sobre consulta ao Senado para acordo com FMI

Ao pedir ontem a transcrição do artigo “Constituição e empréstimo externo” nos Anais da Casa, o senador Cassido Maldaner (PMDB-SC) salientou a propriedade com que seu autor, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), vai ao encontro do princípio federativo e da independência dos Poderes ao apontar a necessidade de o acordo feito pelo governo com o Fundo Monetário Internacional ser apreciado pelo Senado.

Além de a Constituição atribuir ao Senado a competência para analisar empréstimos externos e internos feitos pela União, Maldaner considerou que, respeitando a independência do Poder Legislativo, o próprio Executivo se resguarda “em relação a possíveis deslizos e contradições que o futuro possa vir a revelar”.

No artigo, o senador pela Bahia recorre à Constituição para contestar declarações feitas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, de que o governo não precisaria de autorização parlamentar para fechar acordo com o FMI que resultará em empréstimo de mais de US\$ 41 bilhões, bastando informar o Senado, *a posteriori*, através da Comissão de Assuntos Econômicos. Ainda conforme o ministro, apenas no caso de ser necessário outro empréstimo, por meio do Banco de Compensações Internacionais (BIS), é que o Senado deveria se manifestar.

No artigo publicado pelo *Correio Braziliense*, Josaphat afirma que, embora parte das dificuldades que levaram ao acordo com o FMI “resulte da política interna adotada”, trata-se de “resguardar a ordem constitucional”.



Maldaner diz que ouvindo o Legislativo o governo se resguarda

# Amorim critica BNDES por socorrer bancos falidos

Senador de Rondônia cobra mudança de rumos na instituição, que para ele deveria financiar a produção e a geração de empregos

“O BNDES deveria estar financiando a produção e a geração de empregos, em vez de usar seus recursos para salvar banqueiros falidos e emprestar dinheiro a empresas que querem comprar nossas estatais”, afirmou ontem o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), cobrando do presidente Fernando Henrique Cardoso uma mudança de rumo na aplicação dos recursos do banco.

Para Amorim, Rondônia, seu estado, sofre com a falta de investimentos econômicos e sociais porque “o BNDES prefere jogar bilhões e bilhões em negócios que não são bons para o país”.

– Não há dinheiro para comprar a safra de nossos agricultores, para construir habitações populares, para a saúde e a educação, mas

existe para emprestar a banqueiros e corporações internacionais – enfatizou.

O senador aponta a proposta de Orçamento para 1999 como um exemplo de insensibilidade social. “Já temos 20 milhões de desempregados no Brasil, mas o governo fez cortes de 50% nos recursos do Codefat (conselho que administra o PIS-Pasep) para implementar programas sociais como o Plano de Qualificação Profissional (Planfor) e o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger)”, adverte Amorim.

Ele explica que o combate ao déficit público não serve como desculpa para esses cortes porque são recursos “carimbados”, ou seja, só podem ser gastos com essa finalidade. “Não há lógica em ter recur-



Amorim criticou cortes do Orçamento nos programas de geração de empregos

sos para aplicar em programas de geração de empregos, num momento de crescimento do desemprego, e não fazê-lo”, diz Ernandes Amorim, lembrando que cabe aos congressistas corrigir essa situação e restaurar as prioridades sociais do Brasil.

## Odacir acha que acordo multilateral é ameaça

O senador Odacir Soares (PTB-RO) destacou artigo de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), publicado no *Jornal do Brasil*, em que o jornalista alerta para os riscos do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). “Segundo a análise de Barbosa Lima Sobrinho, já estamos sob a ameaça de um novo manifesto do capitalismo mundial”, afirmou o senador, acrescentando que o AMI vem sendo preparado, sigilosamente, desde 1995, pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega os 29 países mais ricos e desenvolvidos do mundo.

Odacir explicou que o acordo trata basicamente de proteção, salvaguarda, livre circulação, valorização e não intervenção nacional sobre toda riqueza financeira de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas externas, detentoras de ativos que estejam em determinado país. “O país que assinar o acordo não poderá retirar-se antes de passados cinco anos. Se o fizer, seus compromissos permanecerão válidos ainda por mais 15 anos, no mínimo”, revelou o senador.

De acordo com Odacir, além dos 29 países mais ricos e desenvolvidos do mundo, outros



Para Odacir, acordo representa um terrível instrumento de colonização

cinco países estão como observadores, entre eles o Brasil, convidado a participar da discussão do acordo devido a sua posição de “expressivo receptor de investimentos internacionais”.

Odacir acredita que este acordo, que já tem 90% do texto pronto, representa um dos mais terríveis instrumentos de colonização. “Resta saber se a OCDE teria a legitimidade necessária para escrever um texto de tamanha abrangência, com regras que afetarão tanto os grandes países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, que têm processos históricos e condições políticas e econômicas completamente diferentes”, questionou.

## Participantes aprovam Seminário de Comunicação

Cerca de 80% dos participantes do I Seminário de Comunicação Legislativa que responderam ao questionário de avaliação consideraram eficientes os serviços prestados durante o evento, como divulgação e fornecimento de informações. O conteúdo das apresentações e a adequação e sequência dos temas apresentados pelos conferencistas também foram considerados pontos positivos do seminário.

O evento, realizado nos dias 17 e 18 de novembro, com o objetivo de incentivar a troca de informações e o debate entre os profissionais de comunicação das casas legislativas brasileiras, reuniu representantes de 41 assembleias legislativas e câmaras municipais, num total de 205 participantes.

Dos debates e sugestões resultou a *Carta de Brasília*, documento aprovado no encerramento do seminário, que, dentre outras idéias para a manutenção de um trabalho integrado de comunicação das casas legislativas, propõe a criação de um foro permanente para o debate do processo de comunicação do Poder Legislativo.

## Socióloga fala sobre as mulheres na política

A participação da mulher na política, em especial nas últimas eleições, é o tema da entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 9h30, 12h30 e 20h30. Para tratar do assunto, a emissora convidou a socióloga Sônia Malheiros, do Centro Feminista de Estudos e Análise (Cfêmea).

A socióloga lembrou que, apesar da significativa participação das mulheres nas últimas eleições, foram eleitas apenas 29 deputadas federais – oito a menos que o número de deputadas em

exercício na Câmara dos Deputados.

Em contrapartida, o número de parlamentares mulheres cresceu nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais, revelou Sônia Malheiros.

A socióloga do Cfêmea também comentou a lei de cotas, que garantiu às mulheres 25% das vagas para chapas apresentadas pelos partidos políticos. O programa será reapresentado pela TV Senado no sábado (28), às 9h30, e no domingo (29), às 12h30.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Tai-chi-chuan  
7h30 - *Especial Unip* - Assunto: Câncer de criança  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Especializada  
8h25 - *Nossa Programação*  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, o Ceará  
9h30 - Entrevista - Socióloga Sônia Malheiros analisa a participação da mulher nas últimas eleições  
9h55 - *Senado em Pauta*  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
12h30 - Entrevista - Socióloga Sônia Malheiros  
12h55 - *Senado em Pauta*  
13h - *Cores do Brasil* - O Pelourinho  
13h30 - Debate - Cassiano Nunes e Joaquim Campelo debatem as mudanças na Língua Portuguesa  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - *Cores do Brasil* - Em destaque, Pernambuco  
19h - Seminário sobre a Seca - 2ª parte  
20h - *Cores do Brasil* - Em destaque, o Paraná  
20h30 - Entrevista - Socióloga Sônia Malheiros  
21h - *Jornal do Senado*

21h15 - Debate - O professor Cassiano Nunes e o jornalista Joaquim Campelo  
21h55 - *Senado em Pauta*  
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - “A Voz do Brasil”.  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”  
Em seguida - Música e informação  
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação



#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
  - Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
  - Polarização: Vertical
  - Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
  - Antena - 3,6 m LNB
  - Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
  - Symbol 3,2143MS-S
  - SEC 3/4
  - Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo
- NET BsB - canal 7
  - SKYNET - canal 30
  - DirecTV - canal 163

### COMO SINTONIZAR

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## Alcântara quer definir alimento funcional

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu apoio a projeto de sua autoria que introduz na legislação brasileira o conceito de alimento funcional. Trata-se do ingrediente consumido como alimento ou suplemento alimentar que, dada a presença de constituintes salutares em sua composição química, pode contribuir para a prevenção de enfermidades crônicas e de outros agravos à saúde, esclareceu.

Apontando os avanços científicos nesse campo, o senador afirmou ser injustificável a falta de regulamentação no que diz respeito a esses alimentos. E observou que o hiato existente na legislação da Vigilância Sanitária faz com que os alimentos funcionais fiquem prejudicados pela inexistência de definição que os distinga claramente dos alimentos ordinários e dos medicamentos.

Conforme Alcântara, o Brasil se prepara para entrar na era dos alimentos funcionais, mas é fundamental dar-se ao tema a atenção que ele exige. Por entender que esses alimentos representam uma alternativa promissora no campo da saúde, o senador apresentou em plenário informações sobre o assunto, salientando seu potencial terapêutico e a vantagem do baixo custo, comparado ao das drogas medicinais.

– A quantidade necessária para se comprar alguns comprimidos é suficiente para abastecer um lar com fartura e variedade de frutas, verduras e legumes que trazem benefícios para a saúde de toda a família – argumentou, explicando que a função primordial dos compostos presentes nos alimentos funcionais é desarmar reações que, no futuro, acabariam gerando tumores, inflamações e outras condições mórbidas.



Alcântara aponta vantagens de custo e qualidade

# Sancionado projeto que aperfeiçoa controle da sanidade agropecuária

Osmar Dias, relator da proposta no Senado, considera as mudanças fundamentais e prevê maior rigor na fiscalização de alimentos

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou projeto de lei que repõe na Lei Agrícola artigos tratados da Defesa Sanitária Agropecuária, vetados em 1991. A mudança na Lei Agrícola foi publicada no *Diário Oficial* da União que circulou ontem.

Relator da matéria quando foi votada no Senado, no final do mês passado, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) considera fundamentais as mudanças aprovadas pelo Congresso, inclusive por prever uma fiscalização rigorosa na qualidade dos alimentos consumidos no Brasil, com exigências idênticas às fixadas pelos países mais desenvolvidos.

Conforme Osmar Dias, a partir de agora os municípios terão unida-



Osmar lembra que a defesa sanitária tornou-se também arma no comércio internacional

des sanitárias, que irão cadastrar todas as propriedades da área e submetê-las a inspeções sanitárias rigorosas. As alfândegas também farão inspeções de produtos importados, “impedindo a entrada de ali-

mentos que tenham sido descartados nos países desenvolvidos”, disse o senador.

– Essa lei também vai impedir que produtos importados tragam para o Brasil doenças e pragas que causam danos a animais e vegetais. Lembrem-se da ‘importação’ do *bicudo*, que dizimou no Nordeste nossas plantações de algodão” – salientou.

Osmar Dias observou ainda que um sistema de defesa sanitária é “uma arma moderna” utilizada no comércio internacional. “Quando uma nação não quer submeter o país exportador a uma regra que pareça retaliação comercial, passa a fazer exigências sanitárias muitas vezes intransponíveis”, explicou o senador.

## Mauro Miranda pede política para estimular a produção agrícola

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) atribuiu à atual crise econômica a ausência de uma verdadeira política agrícola, capaz de estimular a produção em vez de incentivar a especulação. Ele contestou a idéia de que o produtor brasileiro beneficia-se de incentivos governamentais. “Ao contrário, o agricultor não dispõe de política que possa dar garantias suficientes para o enfrentamento dos produtores internacionais, nesse processo de concorrência mundial cada vez mais acirrada”, observou.

Mauro afirmou que subsídios e vantagens concedidos por outros países à agricultura acabam prejudicando o produtor brasileiro, obrigado a suportar contínuas e sucessivas modificações nas leis e regulamentos, “verdadeiro ziguezague de normas em diferentes direções”. Mesmo em condições climáticas favoráveis, argumentou, o agricultor brasileiro muitas vezes planta sob um regime tributário e colhe na vigência de outro, com alterações de alíquotas de importação, IPI, ICMS e taxas de juros, sem falar na concorrência.

Na opinião do senador, atualmente é quase impossível para o médio agricultor brasileiro aumentar sua produção e competitividade e contribuir para a geração de divisas, importante no momento de crise vivido pela balança de pagamentos. Ele explicou que, diferentemente da indústria, a agricultura é obrigada a enfrentar fatores adversos bem mais sérios, como problemas climáticos, secas prolongadas, irregularidade nos períodos de chuvas, pragas e geadas, entre outras dificuldades. Em sua opinião, tudo isso contribui para tornar a agricultura uma atividade de elevado risco.

Mauro Miranda afirmou que o produtor brasileiro se encontra endividado, com grande dificuldade para saldar seus compromissos decorrentes do financiamento bancário, que opera a taxas de juros muito elevadas. “Não é exagero afirmar que as linhas de crédito agrícola existentes hoje no Brasil são incompatíveis com a própria natureza da atividade agrícola, que requer menores taxas de juros, prazos mais amplos e condições de financiamento mais adequadas.”

O senador reconheceu o com-



Mauro Miranda afirma que produtores estão sem recursos

promisso do presidente Fernando Henrique Cardoso com o setor agrícola, mas disse que as medidas até agora tomadas não são suficientes para reverter o grave quadro de inadimplência da grande maioria de agricultores que utilizaram os recursos do crédito agrícola. Acrescentou que no estado de Goiás e em toda a região do Centro-Oeste muitos produtores não têm como honrar seus compromissos, por falta de recursos.



João Rocha diz que publicação do Ipea confirma suas opiniões

## João Rocha destaca estudo sobre transporte

O senador João Rocha (PFL-TO) classificou recente publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre transportes como uma confirmação de algumas teses que vem defendendo no Legislativo. Entre elas, a da necessidade de se intensificar o desenvolvimento do setor de transporte no Brasil para reversão do atual quadro econômico desfavorável, dotando o país das condições necessárias à conquista de um lugar compatível com suas potencialidades.

Segundo o senador, na publicação do Ipea são estudados o setor ferroviário e a infra-estrutura rodoviária. As análises, relatou João Rocha, são precedidas de uma introdução que sintetiza as principais mudanças em andamento e procura dar uma visão integrada das questões. O senador acrescentou que o texto sobre ferrovias faz um retrospecto da evolução desse setor até a privatização das principais malhas da Rede Ferroviária Federal, ocorrida em 1996.

– A preocupação do relatório tem como pano de fundo, particularmente, o transporte inter-regional de mercadorias, caracterizado por distâncias mais longas e que possibilitam a utilização coordenada de mais de um modo ou submodo, ou seja, a inter ou a intramodalidade, objetivando a redução do custos logísticos de suprimento e de distribuição de mercadorias – explicou.

João Rocha destacou, ainda, que a publicação do Ipea tem o mérito de permitir o acompanhamento das políticas públicas na área de transportes, oferecendo uma visão integrada do setor.